

Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa

Organização:

Neuza M. F. Guareschi | Carolina dos Reis | Oriana H. Hadler



ABRAPSO EDITORA

Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa

Organização

Neuza M. F. Guareschi
Carolina dos Reis
Oriana H. Hadler



ABRAPSO EDITORA
Porto Alegre
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Produção de conhecimento [livro eletrônico] :
profanações do método na pesquisa / organização
Neuza M. F. Guareschi , Carolina dos Reis ,
Oriana H. Hadler. -- 1. ed. -- Florianópolis,
SC : ABRAPSO Editora, 2020.
PDF

ISBN 978-65-88473-04-7

1. Conhecimento 2. Informação 3. Metodologia 4.
Pesquisa científica 5. Psicologia I. Guareschi, Neuza
M. F. II. Reis, Carolina dos. III. Hadler, Oriana H.

20-52329

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa científica 001.42

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Arte da capa: Laura Schaefer. Escada, 2015.

Diagramação: Martina Hotzel

3

A Problematização como Método: pesquisar-resistir

Fernanda Spanier Amador

Daniel Rodrigues Fernandes

Jéssica Prudente

Um meio por onde se força o pensamento...

Os engendramentos do poder no contemporâneo, enquanto atualidade, dizem de uma ordem flexível, móvel e volátil que impõe uma velocidade de produção de subjetividades e de capturas igualmente efêmeras. Essa velocidade estratégica da governamentalidade neoliberal transforma em cifras, em números, em produto, toda e qualquer produção – material, cultural, linguística, afetiva, intelectual. Não por acaso, Michel Foucault dedica alguns seminários a estudar a lógica neoliberal e seus mecanismos, entendendo-a não no sentido estrito de um sistema político, mas de modo estratégico e produtor de subjetividade, de um determinado tipo de subjetividade marcado pela transformação dos valores sociais e culturais em termos de preço, de custo, em que o sujeito se transforma em produto, agindo sobre si e sobre o outro e tendo como finalidade o lucro.

Talvez seja possível traçar paralelos entre os ritmos do desenho neoliberal de sociedade e a imagem que Deleuze (1992) conjura das

sociedades de controle na figura da serpente. No modelo de produção capitalista sustentado por certa concepção liberal, ainda que o estímulo à constante produção ocorra, as disciplinas segmentam os espaços e tempos e operam na lógica de modelar os sujeitos e práticas para uma maior produtividade dentro das especificidades de cada espaço. Já na estratégia das sociedades de controle, nas quais entramos, não se recorre aos mesmos cortes, e o contexto de produção espalha-se para todo o espaço, produzindo-se constantemente; mesmo que temporalidades distintas peçam formas distintas de operação, estas se dão como modulações de uma “forma de ser produtiva”, convocada incessantemente e erigida como racionalidade de referência. Queríamos, ainda, lidar com os buracos de toupeira (localidades delimitadas dos espaços de confinamento das disciplinas), mas encontramos-nos imersos nos anéis da serpente, por entre fluxos contínuos de ondulações adaptativas (e sem tréguas). Lógicas sobrepostas, ainda que com predomínio dos fluxos, as quais convocam invenções nos enfrentamentos. Não nos cabe sermos tomados de temor ou de esperança, mas reconhecer o regime que modula as liberações e sujeições atuais, e criar armas apropriadas para fazer-lhes frente.

Essa maquinaria de rápida modulação atualiza-se de modos específicos nas diferentes instituições e impacta de maneira singular a produção acadêmica do conhecimento, o campo chamado de científico. Avaliar a produção de conhecimento por produtividade é mais uma das estratégias que vêm “cifrando” toda e qualquer coisa. Chamada de “quantofrenia” em alguns lugares do mundo, indicando uma forma “patológica” de produtividade, esse modo de avaliação da produção científica pela quantidade, e não pelo conteúdo ou pela qualidade da produção, é um processo acelerado de transformar universidades em fábricas de textos não lidos por ninguém, escravizando almas que precisam dar provas de produção para ampliar seus currículos. Escreve-se e publica-se para dar conta de índices, e não para compartilhar algum estudo ou produção interessante. Ainda que algumas vezes possa haver

algo a dizer, o estudo perde-se no meio da crescente montanha de artigos – e é importante destacar –, os quais quase nunca são lidos.

Castiel, Sanz-Valero e Vasconcellos-Silva (2011), discutindo a fetichização do artigo acadêmico e o processo de autoria enquanto moeda corrente e negociável no meio acadêmico, apresentam uma descrição interessante das atividades que compõem o ofício do pesquisador atual, que tem de gerar interesse para seu objeto de pesquisa e administrar sua carreira profissional. Para tanto, suas atividades envolvem ações, tais como: estratégias de busca de financiamento para suas pesquisas, gestão da relação entre diferentes grupos acadêmicos, comunicação entre pares, produção da comunicação de suas pesquisas e busca de sucesso em publicar em revistas conceituadas (publicações que, para demonstrar seu alcance, influência e repercussão no campo estudado, devem gerar citações). Tanto na função de consumidores quanto na de produtores de artigos, aqueles que se dedicam à pesquisa, no intuito de fazer a gestão de suas carreiras (e, nisso, da continuidade de seu fazer), precisam estar às voltas com índices bibliométricos cada vez mais exigentes, em razão do campo de concorrência e disputa. Questionamentos acerca da viabilidade de publicação e do interesse para citação conformam as comunicações de resultados de pesquisa, as próprias pesquisas e seus realizadores.

Na exigência e no afã de dar provas da produção de um pensamento, pesquisadores conformam-se em operários de uma máquina que consome, produz e vende verdades (e textos), mesmo quando tentam atacar essa lógica. Afinal, mesmo uma análise desse mecanismo tem interesse quando pode ser publicada em uma revista bem conceituada e gerar citações de outros operadores insatisfeitos. Ressoa, ainda, Frederico II: “que raciocinem o quanto queiram, contanto que obedeçam” (FOUCAULT, 1990, p. 6).

Esse cenário coloca instigantes e desafiadoras questões à pesquisa, especialmente no campo da Psicologia Social. Processos de pesquisas, principalmente nessa área, tendem a convocar certa lentidão no tempo, um demorar-se no andar, pois lidam com práticas sociais

e subjetividades permeadas de complexidades e clamam por uma inclinação do pesquisador ou pesquisadora que não é da ordem da neutralidade, da observação distante, das possibilidades de controle. São pesquisas que se dedicam a estudar a vida, o trabalho, as relações de poder institucionais, os discursos, a comunicação, os modos de cuidado. Pesquisam, muitas vezes, o impensável, a criação, a resistência, a transformação. Pesquisam intervindo. Intervêm pesquisando.

Inspirados nas concepções canguilheanas de saúde e doença, a alusão a um modo patológico de produzir conhecimento citada acima ganha contornos que nos permitem inventar novas formas de injetar vitalidade em nossas propostas de pesquisa. Do ponto de vista de Canguilhem (2011), o estado patológico não é ausente de normas, mas é uma experiência na qual a latitude das normas foi reduzida, o que despotencializa a normatização, ou seja, a capacidade de criação e composição com o meio. Nesse sentido, a concepção do que se pode designar como patológico não se opõe à ideia de “normal”, pois neste platô há uma experiência em meio a outras normas, designadas como inferiores em termos de vitalidade e criação, mas ainda são normas. O contrário lógico do conceito de patológico é a noção de são, de saudável, e não a de normal.

Assim, um modo patológico de produção de conhecimento pode ser pensado como um regime de verdades estreito, pouco afeito à invenção e à criação, mas que, ainda assim, se mantém no jogo normativo, constrangido por certa fixidez da norma. Aqui traçamos um paralelo entre vida e pesquisa, já que as reflexões de Canguilhem são ancoradas em uma episteme vitalista que não separa a produção de sujeito da produção de mundo e de modos de vida. Propomos pensar, então, o processo de pesquisa como processo vital que se produz entre normas, em uma espécie de trânsito, zona de transe, entre normas superiores e inferiores, ou seja, normas mais ou menos passíveis de composição, de transformação e de produção de diferença. Nessa analogia, se o vivente produz um corpo na relação com o meio, pode-se pensar

que a pesquisa também o faz, inserindo, assim, o processo de produção de conhecimento em uma epistemologia vitalista.

Posicionar a pesquisa como processo vital exige discutir qual concepção de saúde está implicada nessa direção. Se, como Canguilhem (2011), entendermos a saúde como a capacidade de manter-se normativo (podendo ser instituidor de novas normas e, assim, produtor de novos meios e de si mesmo nessa coemergência), aquilo que apresentamos como o “normal atual” do fazer pesquisa mostra-se uma norma inferior (patológica, pois limita o jogo de aberturas possíveis). Um conservadorismo de pensamento só é cabível em uma norma adoecida. Entender a produção de conhecimento em uma dimensão vitalista implica apostar em uma zona de composição, de indeterminação, na qual os riscos forçam o pensamento, e o processo normativo é um modo de conduzir-se nesse jogo. Canguilhem não separa “conhecimento” e “vida”, pois é por entre os processos vitais que o conhecimento se produz, não como um domínio do “meio”, mas como composição, abertura e aposta.

No jogo neoliberal que atravessa as pesquisas e seus modos de produção, a norma principal colocada em cena é a da produtividade e do lucro, o que denota um critério reduzido de condição para a produção de conhecimento. Assumimos, então, que a produção acadêmica atual se desdobra em meio a um adoecimento do pensamento diante do reduzido plano de composições por vir e que, de certa forma, acaba por separar vida e conhecimento, o que pode conformar seu modo patológico. Almejamos que nossas pesquisas guardem o potencial de ampliar possíveis; apostamos, portanto, em certa “coragem normatizadora” para produzir pesquisas dignas de seu tempo.

Precisamos de metodologias de pesquisa em Psicologia Social que façam frente às peculiaridades dos engendramentos do poder no contemporâneo, engendramentos esses que operam pela produção de uma maquinaria que rapidamente se modula, colocando instigantes e desafiadoras questões à pesquisa. Por um lado, porque a própria pesquisa está ela mesma sendo produzida em meio às lógicas

neoliberais que atravessam os órgãos de seu financiamento e de seu desenvolvimento, dentre eles, as próprias Universidades, o que exige um exercício de análise de implicação permanente por parte de pesquisadores e pesquisadoras. Por outro, porque, na direção da afirmação de um compromisso ético-político com a produção de um *socius* afeito à resistência, leva-nos a pesquisar-intervir produzindo insurgências. Nesse caso, colocam-se questões à discussão: de qual política de visibilidade da produção de conhecimento precisamos?

Movidos por tais perguntas, exploramos a operação metodológica que chamamos de “problematização como método”, a qual implica relançar, sempre e outra vez, o pensamento a uma zona de hesitação, estranhamento e diferença, de maneira a potencializar os limiares entre pesquisa e militância. Essa política metodológica problematizante convoca um exercício de desnaturalização e descolonização do pensamento, inclusive, dos conceitos e estratégias que podem assumir contornos universais no andar das pesquisas em Psicologia Social, arriscando perder seu potencial disruptivo quando tomados como *a priori* em um processo de pesquisa. Estamos tratando, então, do que chamamos de resistências no plural, no sentido epistemológico-político: como invenção de conceitos, como ruptura do pensamento e como efetuação de estratégias que ampliam as possibilidades de existir no mundo, afirmando novos modos de vida e de luta.

Da problematização como método

Pretendemos, agora, tratar de algumas considerações metodológicas para pensar o pesquisar na esteira da conexão entre vida e conhecimento. Convém a esta discussão posicionar a dimensão do problema e do pensamento de modo estratégico. O problema, na acepção que tomamos, não é a pergunta que significa o movimento da pesquisa ou da qual esta tão-somente surge, mas o motor que faz operar variação no pensamento. Desse modo, pensar o “problema” de uma pesquisa não constitui uma etapa dela, mas o movimento perene

que garante uma experiência no pesquisar. O problema não é uma meta a ser superada, mas um meio a ser percorrido: é a superfície da pesquisa, sua latitude.

Apostamos, então, em modos de escapar de certa operação de definição inicial de um problema e, logo, de um método adequado para dele dar conta, definidos de antemão no processo de pesquisa. Mesmo metodologias inspiradas por práticas de pensamento questionadoras do saber como representação podem acabar perdendo potência quando tomadas como meros recursos para estabelecer um desenho de pesquisa – o que pretendemos (na problematização como método) é a sustentação de um movimento problemático tecido no encontro em que coemergem pesquisador e pesquisa (e, no contexto da discussão atual, podemos ainda dizer, sujeito político e estratégia de resistência, produzindo um meio).

Foucault, nos últimos anos de sua vida, cada vez mais frequentemente usou o termo *problematização* para definir sua pesquisa, processo concernente à maneira como se constituem problemas para o pensamento, diz Revel (2004). Para a autora, a problematização implica duas consequências. De uma parte, o pensamento enquanto problematizador “se opõe à ideia de uma busca metódica da ‘solução’: a tarefa da filosofia não é resolver – incluindo a substituição de uma solução por outra – mas ‘problematizar’; não é reformar, mas instaurar uma distância crítica, fazer atuar o ‘afastamento’.” (REVEL, 2004, p. 82). De outra parte, esse exercício não se reduz a um “pessimismo relativista” (REVEL, 2004, p. 83), que poderia levar a uma retórica esvaziada e a uma posição de complacência, mas afirma uma convocação ética que aposta na potência de criação e invenção de nossas práticas, de nossos hábitos e de nós mesmos.

Em relação à primeira consequência, não se trata de uma dicotomia entre problema e solução, como antítese, mas afirmamos a ideia de resolver inventivamente, amplificando o problema em suas variações. Inspirados em Deleuze, apostamos no caráter produtivo da problematização, tratando do pensar mais como um exercício

de colocação de problemas do que como apaziguamento de questões (GELAMO, 2008). É no jogo entre a colocação de problemas e o desenhar de soluções (sempre provisórias) que um campo problemático se mantém em produção.

Toda vez que o problema é colocado, as resoluções precisam ser novamente rearticuladas e reelaboradas. Desse modo, os problemas não desaparecem nas soluções, mas se mantêm distintos e insistentes no movimento de invenção de novas soluções. No entanto, isso só é possível se os problemas não forem dados, se forem inventados e reinventados nas e com as soluções. Os problemas manifestariam, assim, uma natureza insistente, enquanto as soluções exerceriam uma força contrária cuja natureza procuraria determinar, particularizar e singularizar esses mesmos problemas. (GELAMO, 2008, p. 168).

Nessa concepção, os problemas não estão dados de uma vez por todas, sendo produzidos nos e pelos encontros durante o processo do pesquisar. É necessário que sejam construídos e continuamente reconstruídos, que soluções sejam ensaiadas e que, nesse movimento, confrontem os problemas e os renovem. Em relação à segunda consequência, podemos destacar dois efeitos. Primeiro, a noção de que lançar luz aos jogos que produzem verdades é intervir sobre sua produção, desnaturalizá-los, relançá-los ao jogo e permitir que advenham outras verdades possíveis. Segundo, não se problematiza por mera convenção; intervimos quando e porque repensamos quem somos, arriscando caminhos para uma subjetividade outrada. Intervimos por estarmos chamados à ação. Se afirmamos (novas) verdades, mesmo aquelas que reconhecem sua provisoriedade, história e gênese, é para atuar no mundo - para produzir diferença. Agir em verdade: casamento entre discurso e prática.

Nesse entendimento, o problema não comparece como um obstáculo a ser vencido pelo desvelamento de soluções, mas é motor do pensamento que as produz. Foucault dirá que:

Longe de ser a imagem ainda incompleta e embaralhada de uma Ideia que, lá de cima, eterna, deteria a resposta, o problema é a própria ideia, ou melhor, a Ideia não tem outro modo de ser que não o problemático: pluralidade distinta cuja obscuridade sempre insiste de antemão, e na qual a questão não cessa de se deslocar. Qual a resposta para a questão? O problema. Como resolver o problema? Deslocando a questão. [...] É preciso antes pensar problematicamente do que interrogar e responder dialeticamente. (FOUCAULT, 2008, p. 246).

A afirmação da problematização como método, no pesquisar, pode relançar toda e qualquer estratégia a um campo de forças. A ferramenta utilizada, por si, não visibiliza o jogo de disputas e de complexidades do processo, mas é seu modo de operação e sua potência de diferir que podem permitir o pensamento enquanto ruptura. Apostamos em uma ontologia do problema na pesquisa, uma ontologia problemática do processo de produção de conhecimento, a qual, mais que convocar soluções, sempre transitórias, exige a duração da pergunta em constante deslocamento.

Falamos aqui de um pensamento que acolhe o impensado e que, acolhendo-o, faz durar sua dimensão problemática, que expande a potência diferenciante do pensamento, não exatamente porque nada tenha a ver com sua solução, e sim por seu anseio de que essa solução seja inventiva. Trata-se de uma solução aberta à sua insistente recolocação, impulsionando movimentos de criação de mundos, o que evidencia uma continuidade entre pensamento e vida. Alude-se, assim, a um pensamento que estabelece uma relação problematizadora quanto aos pressupostos de uma perspectiva dogmática do pensamento, àquilo que se coloca como lei do que todos deveriam saber e/ou como certa elaboração de raciocínio que nos leva a constatações já estabelecidas (GELAMO, 2008).

É também nas formulações de Gilles Deleuze (2006) que encontramos pistas instigantes para apostar em uma prática não dogmática do pensamento e da pesquisa. Com ele, vibramos na necessidade

de recusa a uma dimensão estritamente moral do pensamento e no convite a extraí-lo do senso comum. Este último leva-nos a operar em certa evidencialização da ideia de que todos pensam e de que sabem o que é pensar. É com Deleuze, também, que nos colocamos sensíveis à dimensão não representacional e recongnitiva do pensamento, uma vez que o pensar, não sendo prática natural, exige ser forçado por meio de certa violência que ataca o exercício concordante das faculdades. O pensamento consiste em terreno para a diferença em si mesma. Pautada pelo princípio da errância em lugar do erro, pensar é operação intimamente relacionada ao fato de que as soluções para os problemas mantêm um gérmen problemático, dado o caráter inventivo que elas comportam. Isto é, por afirmarem a diferença pelo processo de pensar, novos possíveis são abertos ao próprio pensamento, que insiste em preservar-se pensante.

Essa concepção é análoga ao entendimento de saúde apresentado por Canguilhem (2011), em que é não só a capacidade de instituir novas normas, como também, a partir delas, seguir ainda normativo: a vida, vivendo o risco/luxo de exceder-se, inventa novas possibilidades para si. Canguilhem alerta para a potência de uma transitividade entre normas em que se entende o erro não como falha ou falta de um organismo, mas como algo da ordem processual da criação de novas normas, que se traduz em uma errância. Logo, tanto a vida quanto o pensamento constituem-se outros na vivência de enfrentamentos, na experiência do que Canguilhem denomina como “infidelidades do meio” (2011, pg. 139).

Eis o problema persistindo como motor do pensamento, o que nos leva a pensar que o pensamento em atividade implica, justamente, a colocação de problemas que insistentemente se recolocam em suas soluções. O pensamento há que ser forçado, portanto. Forçado porque não se trata de partir de um sujeito que pensa, mas de uma afetação que bagunça nossas faculdades e que nos força a escapar das pretensas prescrições de método para pensar; que nos lança, a golpes,

ao plano das virtualidades do mundo, ao real que confere condições aos possíveis no plano do pensamento.

Como pensar em método, então, para pensar desse modo e para lançar-se em processos de pesquisa? Em princípio, podemos sustentar que não há método para isso, pelo menos não método enquanto uma meta que se coloca antes do caminho para chegar ao lugar pretendido. Afinal, não se trata propriamente de chegar a nenhum lugar, e sim de manter-se afetável, sustentando-se no meio, naquilo que será capaz de abrir o pensamento à criação de possíveis. Em havendo um método para isso, este seria feito por expansão dessa zona de afetabilidade pela prática da problematização que se mantém viva ao longo do percurso, permitindo um pensamento no movimento errante.

Qual o lugar do problema no trabalho do pensamento? Parece-nos que, na inspiração bergsoniana, quando se ocupa do tema da duração, podemos pensar que este trabalho consiste em operação intuitiva de acesso às forças que, enquanto virtuais, aguardam para atualizar-se pela diferença, assim “perpetuando” o mutável do mundo pela ampliação de um raio de afetabilidade. Propõe-se uma atitude provocadora de uma ética que se configura como constante incitação à reflexão e que é, portanto, potencialmente transformadora, pois entende o pensamento como processo de deslocamento e de criação. A problematização como método convoca a afirmar um processo de pensamento acontecendo, desviando, bifurcando, que não pode ser recortado e capturado em uma etapa específica, tal como a vida.

Se nosso problema não é um obstáculo no saber que precisa ser transposto para chegar-se à verdade do objeto, nosso objeto converte-se em algo não mais que um ente. O objeto aqui é aquilo que constitui problema, que nos impele à busca de soluções temporárias e que, como diz o poeta quando se refere à utopia, nisso nos põe a caminhar. Objeto, um motor utópico, um guia na errância.

Assim como não seria exato tratar de contornos específicos do objeto, e sim do campo onde ele exerce tensão questionante, também não faz muito sentido tratar de sua cristalização no tempo.

No andar da pesquisa, o objeto anda junto, sofre metamorfoses: não só é historicizado, como segue sofrendo o efeito do tempo. Resiste não só à nossa apreensão no instante de encontro, mas resiste a perder sua referência à temporalidade que o constitui. A cada instante, produz novos problemas, e produz-se um novo objeto. Objeto-problema, como propõem Fonseca e Costa (2013), tensão entre díspares a disparar novas individualizações. Potência de composição dando abertura a novos mundos possíveis.

Esse desenho metodológico instaura uma ética da problematização, em uma aposta nas forças de atualização de um combate que fecunda a temporalidade de um objeto-problema. Uma ética que possibilite um insistente movimento de escape ao que a apequena. Assim se delinea a dimensão coletiva no plano do pensamento: o “eu penso” do *cogito* cartesiano desloca-se para uma zona na qual se pensa transversalizado por forças oriundas de uma zona *comum*, não *propriedade* de ninguém e, por isso mesmo, coletiva. Colocar questões relativas à problematização enquanto trabalho do pensamento na esfera da ética na pesquisa arrasta indagações cruciais relativas ao pesquisar “com”, portanto, implica sempre um movimento de arriscar-se na indeterminação que o meio apresenta.

Pesquisar “com”, no âmbito das Ciências Humanas, geralmente supõe realizar pesquisa empírica envolvendo outras pessoas, o que aqui destacamos, sobretudo, como experiência de acolhimento do estranho em nós, da diferença que pode perturbar nossa interioridade e nossos esquemas de pensamento. Coletivo – produto e condição desse pesquisar “com” – que se refere à transversalidade em uma experiência, espécie de comunicação máxima estabelecida quando experimentamos certa “obscuridade gerativa” que envolve os processos nos quais nos empenhamos, “névoa, por vezes indiscernível e imperceptível, que lança a questão para o plano dos devires” (AMADOR; FONSECA, 2011, p. 20).

Há acesso, portanto, no plano do pensamento experimentado pela problematização, a um plano comum que, em se tratando da prática

da pesquisa, coloca questões instigantes quanto à propriedade/autoria do problema. Afinal, nas práticas de pesquisa, com frequência o problema “pertence” ao pesquisador. Mas, se pensar problematicamente implica o acesso a um plano comum de forças, o chamado “problema da pesquisa” não seria constantemente formulado em uma experiência de compartilhamento, devendo ser investido por tentativas insistentes de recolocação com aqueles com quem se pesquisa ou com o campo ao qual se refere? A ética se faz problematizante – um posicionamento ético gera um movimento problemático, e este, recursivamente, reposiciona a questão ética na pesquisa.

Coragem para investir de vida os problemas de pesquisa

Ser digno de seu tempo configura-se como postura de certo enfrentamento que requer coragem. Os processos de pesquisa que nos instigam a propor a problematização como método nascem de questionamentos postos pelos desafios de viver e pesquisar no campo do trabalho (em particular, do trabalho em políticas públicas). Queremos crer que estes nos convocaram a operar com certa ousadia no campo discursivo, para que nossas proposições e composições de problemas (modos de andar e colocar o pensamento) e soluções (indicações provisórias de acompanhar um movimento e traçar uma estratégia de embate) não extirpassem a vitalidade tensionadora desses questionamentos e a potência que eles teriam de gerar cortes – e novos possíveis – neste tempo.

Talvez, a título de explanação, seja de interesse determo-nos brevemente em um rico debate que Foucault estrutura acerca do dizer verdadeiro e da coragem que tal procedimento requereria. Já na primeira aula do curso dedicado ao tema do dizer-a-verdade (FOUCAULT, 2011), Foucault diferencia a prática da *parresía* da arte da retórica. Enquanto a primeira dizia respeito à coragem daquele que fala assumindo o risco de dizer sua verdade, a segunda é considerada uma técnica de dizer as coisas que não se baliza pela relação entre aquele

que fala e aquilo que é dito. O sujeito da retórica não precisa dizer o que pensa ou acredita, mas tão somente enunciar algo que tenha por objetivo produzir em seu ouvinte um efeito. Aquele que usa da retórica busca convencer ou dirigir aquele a quem se endereça. O vínculo que se busca estabelecer pela retórica é entre aquilo que é dito e aquele que escuta; é um vínculo que não prende o enunciador ao enunciado.

Já a *parresia* se constitui como atitude oposta à retórica. Aquele que enuncia sua verdade estabelece um vínculo que é todo outro daquele que a retórica funda: o vínculo da prática parresiasta forma-se entre aquele que fala e a verdade falada, e instaura sob a forma de risco uma ligação entre aquele que fala e aquele a quem se endereça. Se o vínculo estabelecido em uma relação mediada pela retórica dá-se pela autoridade “técnica” produzida por um “bem falar” entre o argumento e o destinatário, os vínculos que a *parresia* instaura são da ordem da tensão constitutiva entre a verdade e o sujeito que a enuncia, bem como o vínculo de risco, confiança e coragem que se põe entre quem diz e quem escuta.

Se, pela *parresia*, busca-se a fala de uma verdade que uma vida subscreve enquanto elemento tensor que produz tanto essa verdade quanto vida como verdadeiras, a retórica busca impor uma verdade à vida do outro. “A *parresia* é, portanto, em duas palavras, a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que ouve” (FOUCAULT, 2011, p. 13). Trata-se de uma agonística na relação com a verdade, um combate que exige coragem, pois não há finalidade na relação (se entendermos aqui finalidade como fim último almejado e já dado de início, como seria o convencimento no caso da retórica), o que implica riscos. Risco daquele que se expõe ao dizer sua verdade, que se põe a nu e vulnerável à ação do outro; risco daquele que se abre a ouvir uma verdade que pode atacar o modo como tem feito andar sua vida e seu mundo.

É importante dizer que, para Foucault, a *parresía* não se limita a tão somente balizar um dizer tido por verdadeiro para um sujeito (verdade “individual” de alguém), mas comporta uma prática de si engajada na implicação recíproca entre estilo de vida e certo modo de veridicção. É uma prática que tem seu terreno na imbricação entre produção de verdade (a *aleurgia*) e produção de si (estética da existência), com fortes implicações políticas. Foucault busca o exemplo do filósofo cínico, aquele que faz da forma de sua existência condição essencial para o falar franco, figura que faz a verdade manifestar-se por seu modo de vida, como sujeito da *parresía*. O esforço da existência cínica estaria em fazer coincidir vida e verdade, encarnando a verdade no modo de viver. A escandalosa prática parresiástica do cínico não se restringe ao âmbito individual, mas faz-se essencialmente política. A atitude dos cínicos constitui-se como uma produção de si na relação com o dizer verdadeiro, que expõe a vida como verdade e, com isso, implica uma prática de cuidado consigo e com os outros.

Uma vez inspirados tanto pelo vitalismo de Canguilhem, quanto por tal noção de coragem de entregar-se ao risco de uma relação modificadora de si e de sua verdade, que de modo algum está garantida ou é segura de antemão, podemos trazer o exemplo advindo de dois processos de pesquisa que se colocaram como condição de possibilidade da presente discussão e que tomavam como território problemático nossa política pública de saúde (o SUS – Sistema Único de Saúde) e suas práticas. Essa política nasce como resultante de um intenso processo de mobilização social que visava a tensionar os meios de vida e sociabilidade possíveis na sociedade brasileira; porém, ao longo de sua história, demonstra momentos de apaziguamento desse potencial tensor e mesmo captura por processos que sustentam uma forma de existência pautada pela conformação a dispositivos de controle biopolíticos. Na convergência desses percursos de pesquisa, produziu-se um plano problemático comum, qual seja, “a difícil arte de falar franco com os aliados”, pois ambos os projetos de tese propõem, como modo de problematização, tensionamentos e críticas a um campo caro aos

autores e a operações e discursos que nele se dão de modo estratégico. Apresentaremos brevemente essas discussões como elementos que permitem colocar em análise a produção de conhecimento na pesquisa.

Uma das pesquisas traz a especificidade do campo da saúde mental e do trabalho que se desenvolve por entre um plano biopolítico, por uma gestão da vida, permeado por práticas de controle e prevenção. Nesse sentido, a partir dos casos nomeados como “risco de suicídio”, a pesquisa desdobra-se na discussão da transformação de um risco em doença ou loucura pelas práticas de cuidado. Desevidencializando a categoria de “risco de suicídio”, percebe-se que uma série de valores e de normas está em jogo nos processos e estratégias ativados nesse trabalho. Isso implica perguntar-se sobre o que é cuidado, vida, risco, prevenção e tantos outros termos, o que convoca uma análise do próprio trabalho em saúde como categoria geral e do trabalho em saúde mental de modo específico. Tal discussão exige uma aposta na coragem da verdade, uma extrapolação das vias protocolares e procedimentais que são recorrentes nesse campo. A retórica, aqui, leva-nos sempre na direção do controle e da localização dos riscos. A *parresía* pode conduzir-nos para uma discussão ética que implica transformações.

A outra pesquisa tem como eixo principal a problematização das práticas de resistência que se formam e coengendram um campo de trabalho e militância no âmbito do SUS. No entendimento de que os diversos modos de operar essa política por meio do trabalho cotidiano constituem tanto o trabalhador enquanto sujeito político quanto o produto e história dessa política, a discussão que se pretendia fazer era acerca das estratégias de resistência de que lançamos mão para sustentar o potencial tensor dessa política e resistir a modos de governo dela e por ela que fechariam seu horizonte ao inacabamento e à sua dimensão eminentemente política, em favor de um projeto dado (e, muitas vezes, já capturado e descaracterizado). Tal problemática, ainda que marcada por sua afirmação como pesquisa militante, precisava pôr em análise a história e os efeitos de certa produção de mundo pelo/no SUS a partir das estratégias daqueles

que integram o movimento que o anima, e, nessa direção, punha-se crítica à certa liturgia da militância desse campo: fazia-se uma produção que, mesmo militante, tomava uma atitude desertora e formava um discurso herege, apostando que, em meio aos ataques que o SUS vem sofrendo (seja mediante propostas que visam ao seu desmonte, seja a partir de processos de modelização por uma lógica de mercado e pelo investimento em sua faceta de instrumento de controle), outras práticas de resistência precisam ser inventadas.

Dois projetos de pesquisa que propõem uma relação de certa implicação com seus campos e objetos de pesquisa, bem como com seus aliados (teóricos, de trabalho e de militância) – relação que não é qualquer, nem simples, mas que implica certa confiança e tensão, no risco de fracasso, incômodo ou mesmo desgaste do vínculo. Relação que, antes de afirmar pela autoridade argumentativa uma certeza, busca construir uma prática de verdade que possa transformar pesquisador e campo de modo ético.

Entre riscos e resistências

Entendendo que os modos de governo e os regimes de produção têm achatado as possibilidades de construir mundos outros, parasitado as produções da vida e se esforçado por constranger as possibilidades de escapes, posicionamo-nos eticamente aliados ao desejo de compor práticas de resistência pelas nossas atividades de pesquisas.

Sob certo modo de posicionar o conceito de resistência, este seria entendido como reação a uma força para que algo se conserve tal como está – concepção que certamente responde a determinadas construções estratégicas. Tal entendimento justifica leituras que compreendam movimentos de resistência como carregados de ressentimento e marcados por certa carga conservadora – mas não é com tal concepção que operamos. Na inspiração do vitalismo de Canguilhem (2011), para quem a vida resiste, produzindo novas possibilidades para si no

enfrentamento das situações postas pelo meio, e seguindo Foucault (1995), para quem a resistência é sempre primeira (e os mecanismos de controle é que necessitam reagir às insistências do vivo), pensamos a resistência no que ela tem de produtivo e criador, naquilo que ela implica de *risco de novo*. Esses autores indicam uma primazia da errância, no caso de Canguilhem, e da liberdade, na concepção foucaultiana.

Acompanhando Foucault (1995), a liberdade é condição das relações de poder, sendo essa a possibilidade de pensar o poder, tanto na sua dimensão coercitiva e regulatória, quanto na sua dimensão produtiva e criadora. Essa condição é da ordem da criação, da invenção e, portanto, da resistência.

Ora, uma relação de poder é para Foucault uma “ação sobre a ação de um outro”, é aquilo que se aplica sobre a ação livre dos homens a fim de capturar, dirigir e explorar a existência; o poder é por definição sempre segundo em relação a uma liberdade da qual ele, paradoxalmente, necessita, liberdade que, ela mesma, vem primeiro. Assim, o poder é ao mesmo tempo genitivo, gestor, parasitário e é sempre uma reação, ao passo que, por outro lado, a ação livre dos homens é primeira, inventiva, e se dá como uma ação. É porque os homens inventam e criam possibilidades que as relações de poder podem proceder por captura desta abertura. (REVEL, 2012, p. 109).

Assim como para Canguilhem e Foucault, para Spinoza (2010), outro interlocutor que nos é caro para a discussão aqui proposta, a resistência nada tem de conservadora e opera por incessante produção do novo. Segundo as proposições do filósofo, é próprio dos corpos sempre desejar ser mais e permanecer na existência. Mas diz também o único axioma da quarta parte de sua *Ética* que “não existe, na natureza das coisas, nenhuma coisa singular relativamente à qual não exista outra mais potente e mais forte. Dada uma coisa qualquer, existe uma outra, mais potente, pela qual a primeira pode ser destruída” (SPINOZA, 2010, p. 269). Se todo corpo deseja permanecer na

existência, mas todo corpo pode ser destruído, a resistência é experiência primeira dos corpos – novamente, uma experiência que nada tem de reativa ou passiva. A resistência aqui se efetua em estratégias que buscam ampliar sua capacidade de existir, e o caminho para tal é dado no movimento de estabelecer novas composições.

Resistimos à “usura das partes exteriores” e à morte, não apenas sobrevivendo, mas produzindo vida. Resistimos à decomposição, produzindo novas composições. Mais precisamente, vivemos num jogo contínuo de proporções balanceadas entre composições e decomposições, cujo objetivo é acertar nas doses. [...] Trata-se, sem dúvida, de outra filosofia de cuidado, cuja principal virtude, do ponto de vista aqui adotado, é se apresentar como uma prática de cuidado aliada das estratégias da vida. (TEIXEIRA, 2015, p. 38).

Se resistir é aliar-se a estratégias de criação e ampliação da vida, e se fazer comunidade (produzir comum) é compor com outros corpos, de modo a ampliar sua potência para o agir (o que, em si, permite novas composições), resistência e comunidade passam a implicar-se mutuamente. Resiste-se pelo comum, por um comum.

No processo de viver (e de pesquisar), não há ausência de riscos, mas há desenhos mais ou menos visíveis da possibilidade de experimentá-los. Dessa forma, a composição com o meio exige o enfrentamento dos riscos e a experiência das indeterminações e infidelidades. Se, como assinala Canguilhem (2012), conhecer não é dominar, a produção de conhecimento implica abertura, ao invés de controle. Abertura que não é mera adaptação, mas criação ou, como quereria Foucault (2011), entrada no jogo da agonística. Abertura, provação, vivência de riscos.

Mas de que riscos falamos? Em Canguilhem (2011), trata-se do risco como inerente ao processo vital, pois a composição com o meio exige lidar com suas infidelidades. Em Foucault (2011), fizemos um recorte acerca da discussão da coragem da verdade, que, no desenho da *parresia*, implica arriscar-se em uma relação transformadora de si mesmo.

Por fim, com Spinoza (2010), tratamos da resistência enquanto composição com outros corpos e afetos que nos levam a sermos mais (e outros) do que somos para resistir a forças e afetos que poderiam nos decompor. Acompanhando esses três autores, pensamos a resistência como movimento de criação que implica processos de transformação de si, distanciando-a de uma noção de reatividade ou de polaridade.

Este texto tem como estratégia afirmar uma intrínseca relação entre vida e conhecimento, entre pensamento e problema, entre saúde e produção de conhecimento, ancorando as reflexões em uma epistemologia vitalista. Essa afirmação supõe percorrer uma espécie de transitividade das relações, sempre tomadas como processos, como meio (não como metade), como composição com o que é da ordem da indeterminação e dos riscos. Nesse sentido, a proposta metodológica que desenvolvemos foi uma aposta na problematização como método, uma ontologia problemática do processo de produção de conhecimento.

A problematização como método aqui apresentada é um convite. Convite a um pensamento criador. Emerge de uma experiência que passa pelo compartilhamento de uma determinada política metodológica, afirmada na sustentação de uma superfície problematizadora que não separa vida e pesquisa. Uma operação de duração de um problema, que se expande e se potencializa. Problematizar: verbo no infinitivo que convoca provisórias estabilizações, sempre em vias de diferir. Problematizar: verbo transitivo que clama por um objeto movente, o qual não deixa de reinventar-se e, nessa reinvenção, não deixa de reconjugar o verbo em novas possibilidades de trânsito. Problematização: ação e movimento – corpo e pensamento, um motor utópico, um guia na errância.

Problematizar e resistir: tornar-se outro, crescer em potência, compor por entre corpos – uma resistência ativa que aposta em mundos outros.

Referências

AMADOR, F. S.; FONSECA, T. M. G. Atividade: o trabalho sob o signo do inacabamento. In: ROSEMBERG, D. S.; FILHO, J. R.; BARROS, M. E. B de. (org.). *Trabalho docente e poder de agir: Clínica da Atividade, devires e análises*. Vitória: EDUFES, 2011. p. 19-49.

CANGUILHEM, G. *O conhecimento da vida*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *O normal e o patológico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CASTIEL, L. D.; SANZ-VALERO, J.; VASCONCELLOS-SILVA, P.R. O artigo científico como mercadoria acadêmica. In: _____. *Das Loucuras da Razão ao Sexo dos Anjos: biopolítica, hiperprevenção, produtividade científica* [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.-

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 219-226.

_____. *Diferença e repetição*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FONSECA, T.; COSTA, L. A. As durações do devir: como construir objetos-problema com a cartografia. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 25, n. 2, p. 415-432, maio/ago. 2013.

FOUCAULT, M. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *Theatrum Philosophicum*. In: MOTTA, M. B. (org.). *Ditos e escritos, volume II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 230-254.-

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, n° 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento.

GELAMO, R. P. Pensar sem pressupostos: condição para problematizar o ensino da filosofia. *Pro-Posições*, Campinas, v.19, n.3 (57), p. 161-174, set./dez. 2008.

REVEL, J. O pensamento vertical: uma ética da problematização. In: GROS, F. (org). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 65-87.

_____. Resistências, subjetividades, o comum. *Lugar Comum*, 35-36, p. 106-114, 2012.

SPINOZA. *Ética*. Tradução e notas de Tomaz Tadeu. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TEIXEIRA, R. As dimensões da produção do comum e a saúde. *Saúde Soc.* São Paulo, v.24, supl.1, p.27-43. 2015.